

FACULDADE MERIDIONAL – IMED
ESCOLA DE DIREITO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM DIREITO – PPGD
MESTRADO EM DIREITO

Jéssica Cindy Kempfer

AUTORREGULAÇÃO REGULADA E A PROTEÇÃO TRANSNACIONAL DO
AMBIENTE NO PROTOCOLO KYOTO COMPLIANCE

Passo Fundo, RS

2018

Jéssica Cindy Kempfer

AUTORREGULAÇÃO REGULADA E A PROTEÇÃO TRANSNACIONAL DO
AMBIENTE NO PROTOCOLO KYOTO COMPLIANCE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* – Mestrado em Direito – da Faculdade Meridional – IMED, em sua área de concentração em Direito Democracia e Sustentabilidade, Linha de Pesquisa Fundamentos do Direito, Democracia e Sustentabilidade, como requisito à obtenção do título de Mestre.

Orientador: Professor Doutor Márcio Ricardo Staffen

Passo Fundo, RS
2018

CIP – Catalogação na Publicação

K32a KEMPFER, Jéssica Cindy
Autorregulação regulada e a proteção transnacional do ambiente no Protocolo
Kyoto Compliance / Jéssica Cindy Kempfer. – 2018.
127 f. ; 30 cm.

Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade Meridional – IMED, Passo
Fundo, 2018.

Orientador: Prof. Dr. Márcio Ricardo Staffen.

1. Transnacionalismo. 2. Protocolo de Kyoto. 3. Mercado de crédito de
carbono. I. Staffen, Márcio Ricardo, orientador. II. Título.

CDU: 349.6

Catalogação: Bibliotecária Angela Saadi Machado - CRB 10/1857

Autor(a): JÉSSICA CINDY KEMPFER

Título: AUTORREGULAÇÃO REGULADA E A PROTEÇÃO TRANSNACIONAL DO AMBIENTE NO PROTOCOLO KYOTO COMPLIANCE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* – Mestrado em Direito – da Faculdade Meridional – IMED, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Direito.

Passo Fundo, RS, 06 de junho de 2018.



PROF. DR. MÁRCIO RICARDO STAFFEN (PPGD/IMED) – Presidente



PROF. DR. JOSÉ CARLOS KRAMER BORTOLOTTI (IMED) – Membro

PROF. DR. GUIDO CÉSAR AGUILA GRADOS (EGACAL/PERU) – Membro

RESUMO

O combate ao aquecimento global gerou reflexos no sistema jurídico internacional. Assinado pelo Brasil em 1993, o Protocolo de Kyoto compromete os países signatários à reduzir suas emissões de gases poluentes e prevê ainda, a redução certificada dos gases responsáveis pelo efeito estufa, dessa redução nasce as RCE (Reduções Certificadas de Emissões). Estes certificados podem ser comercializados através das Bolsas de Valores e de Mercadorias. Contudo, os mercados de carbono encontram-se em um cenário de grandes incertezas, como consequência, existem dúvidas quanto à aceitação destas permissões e créditos nos mercados que irão se formar. Essas incertezas estão refletidas nos baixos preços do carbono observados atualmente, na baixa quantidade de comercializações e na falta de diversidade de projetos de mecanismo de desenvolvimento limpo. Dessa forma, a presente pesquisa almeja analisar a possibilidade da utilização da técnica da autorregulação regulada no mercado de créditos de carbono, isto é, averiguar a possibilidade de uma livre atuação do mercado de emissões dentro de parâmetros previamente dados pelo Estado, com o intuito de superar as dificuldades enfrentadas pelo mercado e criar um ambiente político-econômico adequado que permita a implementação de um mercado transnacional de emissões seguro e capaz de ser uma importante ferramenta para se atingir o desenvolvimento sustentável. Para tanto, a pesquisa está organizada em três capítulos, sendo que primeiramente se fará um estudo da fragmentação da capacidade normativa do Estado; depois serão analisadas as formas não estatais de produção normativa, atentando-se para a técnica da autorregulação regulada onde toma-se como base a autora Mercé Darnacullea Gardella, uma das poucas autoras e a mais significativa sobre o tema; para então averiguar a possibilidade de uma autorregulação regulada do Mercado de Emissões a fim de que permitir a implementação de um estável mercado internacional de emissões. O método de abordagem a ser utilizado será o indutivo quanto ao tipo de pesquisa, quanto ao objeto, será utilizado o método bibliográfico-documental.

Palavras-chave: Transnacionalismo; Fragmentação do Estado; Protocolo de Kyoto; Mercado de Créditos de Carbono; Autorregulação Regulada.

ABSTRACT

The fight against global warming has generated repercussions in the international legal system. Signed by Brazil in 1993, the Kyoto Protocol commits the signatory countries to reduce their emissions of gaseous pollutants and foresees a certified reduction of greenhouse gases. This reduction gives rise to Certified Emission Reductions (CERs). These certificates may be traded through the Exchanges. However, the carbon markets are in a scenario of great uncertainties, consequently, there are doubts related to the acceptance of these permits and credits in the markets that will be formed. These uncertainties are reflected in the current low carbon prices, the low number of trades and the lack of diversity of clean development mechanism projects. Thus, the present research aims to analyze the possibility of using the regulated self-regulation technique in the carbon credits market, in other words, to investigate the possibility of a free emission market action within parameters previously given by the State in order to overcome the difficulties faced by the market and create an adequate political-economic environment that allows the implementation of a secure transnational emissions market and capable of being an important tool to achieve sustainable development. To do so, the research is organized in three chapters, which first study the fragmentation of the normative capacity of the State; then the analyze non-state forms of normative production, researching about the regulated self-regulation technique, based on the work of Mercé Darnaculleta Gardella, one of the few authors and the most significant on this subject; to then investigate the possibility of a regulated self-regulation Emissions Market in order to allow the implementation of a stable international emissions market. The method of approach to be used will be the inductive and to the type of research, the bibliographic-documentary method will be used.

Keywords: Transnationalism; Fragmentation of the State; Kyoto Protocol; Carbon Credits Market; Regulated Self Regulation.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 FRAGMENTAÇÃO DA CAPACIDADE NORMATIVA DO ESTADO NACIONAL .	13
2.1 Globalização.....	13
2.2 Um Estado Fragmentado	25
2.3 Os atores transnacionais e a reconfiguração da divisão entre público-privado...	35
3 AS FORMAS NÃO ESTATAIS DE PRODUÇÃO NORMATIVA	45
3.1 Autorregulação e a Soft Law	45
3.2 Autorregulação regulada	58
4 AUTORREGULAÇÃO REGULADA DO MERCADO DE CRÉDITOS DE CARBONO 73	
4.1 Créditos de Carbono e o Mercado de Créditos de Carbono.....	74
4.2 A natureza jurídica dos créditos de carbono	97
4.3 A autorregulamentação regulada do Mercado de Créditos de Carbono	101
5 CONCLUSÃO	113
REFERÊNCIAS	117